

**FEMINISMO, MOVIMENTOS  
DE MULHERES E A (RE)CONSTRUÇÃO  
DA DEMOCRACIA NO CONE SUL<sup>1</sup>**

**Introdução**

Brasil, Chile e Argentina compartilham da pesada herança das ditaduras militares – que cronologicamente se inicia no Brasil em 1964; irrompe brutalmente no Chile em 1973 e em seguida na

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no 51º Congresso Internacional dos Americanistas, Santiago, Chile, 13-18 de 2003) e publicado na revista *Margem Esquerda* número 2: nov. 2003/maio 2004.

Argentina – deixando um rastro de sangue e irreversíveis sequelas sociais. A longa permanência da tutela militar, o terrorismo de Estado, com o assassinato e desaparecimento de oponentes políticos, a crise econômica internacional, as desastrosas políticas neoliberais são processos que essas três nações compartilham assim como a lenta (re)emergência da esquerda e os novos movimentos sociais.

Não obstante o reconhecimento de que todas as três transições realizaram-se sob a tutela militar, a presença ativa dos movimentos sociais criou novas alternativas políticas de reconstrução da esquerda latino-americana. E, os movimentos liderados ou integrados majoritariamente por mulheres, quer na defesa dos direitos humanos quer nas propostas feministas, constitui um fato novo, cuja potencialidade ainda permanece viva nos dias de hoje. O objetivo deste texto é o resgate histórico e a avaliação das potencialidades atuais dos movimento de mulheres e feministas que constituem uma das forças sociais presentes no cenário político da América Latina.

Neste sentido, a experiência brasileira está na ordem do dia, tanto pela eleição presidencial que elegeu o opositorista e ex-metalúrgico Lula, quanto pela importância assumida pelo Fórum Social Mundial, inovadora proposta de representantes das várias correntes que atuam nos movimentos sociais brasileiros. No Brasil, a longa transição democrática conheceu um leque variado de iniciativas populares e políticas que incluem um novo sindicalismo operário, rompendo com o tradicional modelo do paternalismo estatal e da subordinação sindical, como também a emergência de movimentos mais relacionados à reivindicações do cotidiano além da formação do Partido dos Trabalhadores. Oficialmente fundado em 1980, o PT reuniu tanto ex-militantes da esquerda armada quanto lideranças sindicais e movimentos de base sob influência dos defensores da Teologia da Libertação.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> A partir da conquista da prefeitura de Porto Alegre e do governo do Rio Grande do Sul, que em muitas de suas gestões elaborou novas instituições de participação

Ao lado destes movimentos urbanos e dos primeiros experimentos de democracia participativa, a extrema concentração da propriedade fundiária no Brasil, da deterioração das condições de vida, originou o radical Movimento dos Sem-Terra-MST. Vamos encontrar também, nas lutas do campo, no Brasil e no México, a presença dos ativistas da Teologia da Libertação. A Teologia da Libertação congrega religiosos e religiosas com ativa participação entre os pobres e oprimidos, daí a existência da Pastoral da Terra, da Pastoral da Criança, etc. participando ativamente dos movimentos sociais no país e constituindo uma das matrizes da esquerda brasileira, juntamente com a matriz marxista que, por sua vez, apresenta diversas ramificações. No campo da esquerda comunista, o maior partido existente é o Partido Comunista do Brasil.

Assim, as duas grandes matrizes da esquerda brasileira e latino-americana de modo geral são o marxismo e a doutrina cristã<sup>3</sup>, na sua versão de esquerda, da Igreja dos oprimidos, que gerou o guerrilheiro Padre Camilo Torres na Colômbia; os frades dominicanos do grupo guerrilheiro da Ação Nacional Libertadora-ALN e hoje é uma das forças mais atuantes dentro do PT Também nas lutas do campo, no Brasil e no México, a presença da Teologia da Libertação, se dá até mesmo entre os zapatistas. Essa dupla origem unifica a história da esquerda latino-americana.

No entanto, foge ao escopo deste trabalho aprofundar a importante questão das matrizes teórico-políticas das esquerdas brasileiras. O objetivo é historiar o surgimento e as características do feminismo e ativismo em torno dos direitos das mulheres na América Latina e o impacto da intensa militância e do programa de luta

---

da população, como é o conhecido caso dos “orçamentos participativos” que se transformaram em referência internacional, o PT consolidou-se como alternativa de governo.

<sup>3</sup> Para um aprofundamento desta questão vide SADER, Emir. *Quando novos personagens entram em cena*/ Paz e Terra, 1983.

desenvolvidos pelos movimentos sociais a partir dos 1970. O interesse pelo movimento de das mulheres tem a ver com a originalidade de suas demandas e de suas propostas de atuação.

Na América Latina, como em outras partes do mundo, a dupla experiência do patriarcalismo doméstico e do machismo na política levou as feministas a defenderem a autonomia do movimento de mulheres e as instituições verticais, sem hierarquias e monolitismos. Grupos feministas, mulheres da periferia que frequentavam as atividades das comunidades eclesiais de base, operárias metalúrgicas, empregadas domésticas politizadas e “infiltradas” políticas de vários grupos clandestinos eram alguns dos personagens principais presentes nos encontros e congressos de mulheres, com plataformas de lutas que incluíam direitos específicos (igual salário a igual trabalho) como se observa na experiência brasileira entre 1974/1982.

O potencial político e mobilizador desta primeira fase do feminismo atraiu a atenção dos organismos preocupados em influenciar o movimento social no sentido da integração ao sistema. Aos poucos, sob a hegemonia norte-americana, é dada a partida da transformação do movimento espontâneo em “ONGs” que, no Brasil de hoje são mais de 250 filiadas a Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais-ABONG e um número semelhante sem filiação. Nesse processo, os grupos feministas e/ou defensores dos direitos da mulher conheceram uma extraordinária expansão tornando-se, muitas vezes, em interlocutoras privilegiadas dos governos, como acontece no Brasil e no Chile, em que as feministas transformaram-se em técnicas e operadoras de políticas sociais de gênero.

É importante assinalar a atuação dos organismos internacionais com respeito à aceitação dos governos pós-ditadura militar da agenda dos direitos da mulher, na forma de assinatura a convênios e cartas. O ponto inicial foi o Ano Internacional da Mulher em 1975 e, em seguida, as Conferências Internacionais sobre a Mulheres realizadas em Nairobi em 1985 e em Beijing em 1995. Em cada uma dessas

conferências ampliava-se o âmbito das políticas sociais na medida em que foi sendo reconhecido que alterar a situação desigual da mulher implica em alterar a divisão sexual do trabalho e superar o acesso desigual aos bens e poder político.<sup>4</sup>

A pressão internacional em prol da agenda de mulheres foi parcialmente assumida pelos governos beneficiários de financiamentos internacionais. Muitos governos latino-americanos assimilaram o discurso e das demandas feministas ao mesmo tempo que os reduziam e enquadravam em termos de políticas sociais que – dado o enorme contingente populacional (especialmente mulheres) vivendo na pobreza – ficaram muito próximas da filantropia. O movimento de mulheres em geral e o feminismo em particular oscilam entre a institucionalização e a contestação, entre estar no governo ou pressionar o governo como movimento social. Sem se falar nas oposições entre as feministas críticas ao modelo masculino e patriarcal e as feministas “essencialistas” que defendem os valores femininos como a doçura, a maternidade, a sexualidade difusa, etc.). Neste sentido, para melhor acompanharmos a trajetória dos movimentos de mulheres e dos vários feminismo que estão presentes em nossas sociedades latino-americanas é importante fazer uma retrospectiva das quatro últimas décadas tendo, como foco o Brasil, Chile e Argentina e as circunstâncias históricas das ditaduras militares.

---

<sup>4</sup> Assim chegou-se à atual política de “transversalização” isto é, a perspectiva de gênero em todas as políticas sociais como maneira de superar a pouca importância efetiva dos conselhos da mulher dos anos 80.

## **Ditaduras Militares e Movimentos de Mulheres**

O Brasil inaugura em 1964 a sucessão de golpes e ditaduras militares dentro dos três países da trilogia ABC que congrega os países economicamente mais fortes do Cone do Sul. As condições políticas em que se dá o rompimento da legalidade democrática no Chile e no Brasil são assemelhadas: em ambas, governos legitimamente eleitos, cujos atos não feriam os pressupostos constitucionais, conhecem uma polarização social fortíssima e golpes de Estado com o apoio norte-americano – dentro da lógica do anticomunismo como desculpa para conter quaisquer transformações econômico-sociais. É importante assinalar que nestes países amadureciam processos de organização das camadas rebeldes como foi o caso das Ligas Camponesas dos anos 60, um atuante movimento dos sem-terra. Também os movimentos estudantis já estavam em ebulição, como aconteceu com a longa greve que opôs alunos ao poder universitário em torno do aumento da participação estudantil em 1962 na Universidade de São Paulo-USP (o que explica sua radicalização sob o autoritarismo militar.) Sem se falar do movimento político de cabos e sargentos dentro das forças armadas<sup>5</sup>.

O que estou tentando acentuar é que as ditaduras militares refletem o medo das classes dominantes em perder ou mesmo dividir o poder e a permanente “criminalização” dos movimentos populares. No Brasil, a questão social sempre foi tratada como uma “questão da polícia”, nas palavras do presidente da República Washington Luís Pereira de Souza, no anos 1920.<sup>6</sup> A ditadura Getúlio Vargas (1930-45) enquadrou o movimento sindical numa estrutura “pelega” que, a

---

<sup>5</sup> Alfred Stepan, estudioso do tema, calcula que cerca de 20% dos oficiais brasileiros foram atingidos por expurgos após o golpe de 1964 (Apud/Quartim, op. cit. p. 38)

<sup>6</sup> Último presidente antes da revolução de 1930 que pôs fim a chamada ‘primeira república’ de partido único, representando as oligarquias rurais que perderam força econômica para a burguesia industrial.

partir de meados dos anos 1950, começa a ser questionada. O Partido Comunista Brasileiro que ao longo da história do país desfrutara de poucos anos de legalidade começa a gozar, no governo Goulart (1962-4), de uma semi-legalidade.

Portanto, o golpe militar de 1964 veio impedir a democratização da sociedade brasileira e a expansão dos direitos de cidadania. Os militares cercearam as liberdades fundamentais e exerceram sua autoritária tutela em benefício das oligarquias do Nordeste e dos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

A intolerância com respeito à oposição política mantinha-se através das draconianas leis de exceção. O todo poderoso ministro Delfim Neto realizava o programa de “modernização”: da economia, amparado pelos órgãos clandestinos incumbidos do terrorismo de Estado, como a famigerada Operação Bandeirantes e o DOI-Codi. Foram os anos do “Brasil ame-o ou deixe-o”, no qual cerca de 400 pessoas foram mortas ou “desaparecidas”, enquanto outras 5 mil passavam pelos tribunais militares.

O Brasil foi o primeiro a praticar sistematicamente o terror contra os oponentes e tem a primazia na introdução dos mecanismos cruéis da tortura e desaparecimento de oponentes políticos, servindo como modelo para a ditadura chilena<sup>7</sup>. A repressão política brasileira notabilizou-se pelo sequestro de suspeitos (que eram encapuçados e levados para o para-oficiais de tortura e extermínio) e inaugurou a era do desaparecimento físico dos oponentes: sem corpo não há delito. Foi a etapa dos desaparecimentos. Centenas no Brasil, milhares na Argentina e no Chile, em que a esquerda, legal e legítima, foi exterminada pela aliança das forças armadas, igreja católica e direita política, com a omissão criminosa dos democratas cristãos.

---

<sup>7</sup> Como esquecer que os primeiros brasileiros a desembarcar após o golpe foi uma “missão” de especialistas em tortura e repressão que logo passaram a interrogar os brasileiros presos no Estádio Nacional?

Assim, a experiência que nos unifica resume-se a poucas palavras: ditadura militar, terrorismo de Estado e neoliberalismo. Primeiramente, as longas e sinistras ditaduras que dizimaram os oponentes, cercearam manifestações culturais e intelectuais e integraram seus países à hegemonia do capitalismo norte-americano. Em segundo lugar, temos as consequências sociais das políticas de cunho neoliberal aplicadas com maior ou menor violência em quase todos os países latino-americanos. É esta a experiência que nos une e nos faz compartilhar da mesma insegurança social, do mesmo desemprego e do rompimento da sociabilidade. Finalmente, como contraponto a essas duas amargas experiências, há que considerar a experiência mais positiva do movimentos sociais atuantes no processo de democratização da democracia.

A emergência do feminismo na maior parte dos países da América Latina se faz no quadro do terrorismo de estado imposto pelas ditaduras militares, outro fator importante pois sempre conectou os movimentos emergentes à causa da democracia, pela liberdade de expressão, organização e de consciência, as clássicas bandeiras do Iluminismo. No Brasil, a inquestionável presença do feminismo como porta voz dos direitos de cidadania às mulheres – alargando o próprio conceito de direitos humanos – soma-se à atuação de muitas feministas no movimento pela anistia e na luta dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos<sup>8</sup>.

As perseguições políticas levaram ao exílio centenas de brasileiros que encontraram no Chile um local de refúgio. Intelectuais cassados, como ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, trabalhavam nos órgãos oficiais ainda instalados, como a CEPAL e a Flacso. Outros, ademais, eram professores

---

<sup>8</sup> E. Jelin, no artigo Mulheres e Direitos Humanos. *Estudos Feministas*, n. 1/94, p. 117-49, comenta que o movimento dos familiares das vítimas dos militares – as mães e avós da Praça de Maio – desenvolveu se separadamente do feminismo argentino.



nas universidades chilenas<sup>9</sup>. Isso nos anos do governo democrata-cristão de Eduardo Frei<sup>10</sup>. No começo dos anos 1970, enquanto a ditadura militar brasileira – no poder desde 1964 – aniquilava a resistência armada e mantinha a oposição democrática nos limites da clandestinidade (com as sucessivas *cassações de direitos políticos*) os jovens de esquerda viram se abrir uma nova esperança: o projeto de unidade das esquerdas e de transformação pacífica para o socialismo. O *Programa Comum*, na França, unia comunistas e socialistas e, no Chile, a *Unidad Popular*, com a mesma aliança, venceu as eleições de 1971, com quase quarenta por cento dos votos. O programa de transformações no poder econômico previa o controle pelo Estado de cerca de uma centena de empresas estratégicas, no setor industrial, bancário, etc.

A reação das classes dominantes chilenas não se fez tardar: a direita chilena estimulou todo o tipo de boicote: da sabotagem industrial ao financiamento de greves de caminhoneiros com o apoio explícito dos Estados Unidos. A experiência histórica da construção do socialismo através da via democrática, representada pelo governo Salvador Allende, terminou a ferro e fogo pela direita civil unida ao exército comandado pelo general Pinochet, que passa para a história como um dos maiores violadores dos direitos humanos.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> A economista da Cepal e ex-deputada pelo PT, Maria da Conceição Tavares, era professora no curso de pós graduação da ESCOLATINA, da Universidad de Chile assim como José Serra. Ela foi conselheira do governo Allende, como é atualmente do governo Lula.

<sup>10</sup> Eduardo Frei (que terminou por se unir à direita contra Allende, colaborando no golpe militar).

<sup>11</sup> Os muitos brasileiros que viviam no Chile na época do presidente Allende, asilados contra a opressão da ditadura militar brasileira, são testemunhas da inqualificável brutalidade com que o general Pinochet e uma direita sanguinária trataram todos aqueles que não concordavam com eles. Os militares golpistas, sob o comando do general Pinochet, bombardearam com aviação Santiago, encheram os quartéis e até o estádio de futebol com milhares de suspeitos, isto é, de cidadãos que apoiavam seu presidente legitimamente eleito. Todos nós lembramos dos gritos que

Após o golpe militar do general Pinochet, processou-se o êxodo dos exilados brasileiros do Chile para a Europa, especialmente para a França, dado o apoio recebido dos socialistas e comunistas franceses, acostumados à solidariedade internacional. A capital francesa tornou-se, então, um eixo importante de referência para a esquerda brasileira. O contato com a realidade cotidiana de um país europeu, com educação, saúde e outros direitos garantidos pelo Estado, alargou o horizonte pessoal e político dos exilados e seus familiares.

O número de mulheres exiladas multiplicou-se rapidamente e, já no final de 1973, foi criado, em Paris, pelas militantes oriundas da esquerda armada e do partido comunista, um fórum semanal de discussões com a dupla tarefa de pensar teoricamente a questão da mulher e estudar a realidade da mulher brasileira. Da bibliografia obrigatória constava o clássico *A Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Engels, e os escritos de Juliet Mitchell<sup>12</sup>.

---

se ouvia à noite, dos dedos quebrados do violonista Miguel Parra e de tantas outras atrocidades. Durante os 11 dias que sucederam o golpe todas as comunicações por avião foram suspensas entre o Chile e o Mundo, impedidas: era o tempo da “limpeza”. Depois, mantiveram o silêncio dos cemitérios, governando com o terror e a tortura e sob estado de sítio. Vimos casas de amigos serem invadidas e muitos brasileiros serem presos por sua condição de estrangeiros e nunca mais aparecerem. O próprio governo chileno reconheceu sua responsabilidade nesses desaparecimentos.

<sup>12</sup> Em Janeiro de 1975, a revista *Debate*, órgão de discussão de oriundos da esquerda armada, com sede em Paris, publica o primeiro artigo sobre a questão feminina, com chamada na capa. Nele e em artigos subsequentes, a preocupação fundamental consistia em atualizar a análise marxista da questão feminista, na busca de legitimação teórica para a luta feminista.

*O Feminismo Brasileiro e a Conquista da Democracia*

O reconhecimento da importância do feminismo brasileiro, levou a pesquisadora norte-americana Alvarez (1990) a cunhar a expressão “engendering”<sup>13</sup> a democracia no Brasil, para acentuar a dimensão “gender” no processo de redemocratização do país. Como outros estudiosos do tema, (GOLDBERG, MORAES, SARTI, etc.) ela observa o impacto cultural, em termos de novas identidades e sociabilidades, do feminismo e de outros movimentos sociais no país, criando novas esferas de atuação através de redes de solidariedade e intercâmbio. Em estudo mais recente, Alvarez (1997) ressalta os benefícios da interpenetração entre feminismo e movimentos populares dizendo que “the manifold implications of the feminists with popular women’s organization significantly re/shaped the discourses and practices of both movements”.

Na verdade, após os anos (1970-75) em que a repressão militar liquidou fisicamente muitos dos oponentes, o movimento feminista desde seu início aparece comprometido com a luta pelas “liberdades democráticas”, exercendo um papel ativo na campanha nacional pela anistia já em 1975, começo da Década da Mulher da Organização das Nações Unidas – ONU. Durante esses anos, especialmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, as feministas conseguiram se organizar em torno de seus problemas específicos, pondo em contato mulheres de diferentes setores sociais. Dadas as profundas diferenças culturais e sociais dentro da sociedade brasileira, a qualidade e o alcance do movimento de mulheres variou enormemente, sendo

---

<sup>13</sup> When the left turned toward organizing ‘mass base for the revolution’ in Brazil’s urban periphery in the mid-1970, many former guerrilheiras and student activists direct their efforts at the women of the popular class. Early feminists saw themselves as the vanguard of what was to be a united, cross-class mass-based Brazilian women’s movement (Alvarez, 1997, p. 96).

que seu desenvolvimento mais forte concentrou-se nos principais centros urbanos.

As restrições impostas pela ditadura militar ao direito de organização política e sindical forçou a oposição a limitar seus objetivos a questões locais, como os movimentos contra o custo de vida; os clubes de mães e associações de vizinhos, movimentos por creches e postos de saúde, entre outros. Assim, umas das principais características assumidas pela resistência popular foi a criação de novos e inventivos tipos de organização. O contato direto entre militantes políticos e movimentos populares e sua interpenetração transformaram a prática política no país. Ademais de estimularem a criação das futuras “organizações não-governamentais” que têm, atualmente, uma presença muito forte na arena política brasileira, uma parcela importante da oposição criou um novo partido político, defensor do socialismo e da democracia e o mais avançados dos programas feministas, o Partido dos Trabalhadores-PT.

O processo de redemocratização fortaleceu os grupos ativistas dos direitos sociais e políticos e promoveu algumas vitórias sensíveis com respeito aos direitos da mulher. Campanhas nacionais denunciando a morte de mulheres por crimes “de honra”; a denúncia do sexismo dos livros escolares, as campanhas contra o assédio sexual são algumas das conquistas que marcaram o final da Década da Mulher. Como veremos adiante, a transformação do contexto político, em que a militância feminista marcou uma presença e uma originalidade organizativas inéditas, resultado desta e outras militâncias, ampliaram o cenário do embate político e, fundamentalmente, da relação com o Estado.

Neste processo, ressalta a atividade de financiadoras estrangeiras, especialmente a norte-americana Ford Foundation. Foi a experiência institucional realizada através da Fundação Ford que serviu de paradigma para a institucionalização de grupos e militantes feministas e pela introdução da ideologia e das práticas das organizações não-governamentais”, as ONGs. Outra financiadora

importante tem sido a holandesa NOVIB que atua até hoje. Assim, a constituição das ONGs foi o primeiro passo da institucionalização de uma série de grupos e propostas de trabalho e a fixação de uma agenda comum que, no começo era ditada pelo movimento e depois passou a ser trazida de fora.

Por ocasião das primeiras eleições livres, em 1982, a oposição ganhou o governo do Estado de São Paulo e foi criado o primeiro Conselho da Condição Feminina, inspirado no similar francês. Esse é o ponto de inflexão. A partir de então abriu-se um campo de atuação dentro do aparelho de Estado. Delegacias especiais para mulheres, serviços de atendimento às vítimas de violência e programas de saúde das mulheres foram sendo criadas em várias cidades do Brasil. Ao mesmo tempo, os conselhos da condição feminina foram perdendo sua autonomia e se transformando em órgão diretamente subordinados às políticas do governador do momento o que, via de regra, significou sua despolitização e perda de eficácia.

A relativa despolitização do movimento correspondeu ao seu enquadramento dentro de regras jurídicas e do “mercado financiador” monopolizado pela Ford, Rockefeller e MacArthur frente a uma oferta cada vez maior de serviços para a mulher, transformando gradativamente as feministas em profissionais competentes de políticas sociais. Do ponto de vista acadêmico, as pesquisadoras feministas viram a vitória da perspectiva feminista no alargamento dos estudos de gênero mas, ao mesmo tempo, a categoria gênero começou a ser utilizada como categoria axiológicamente neutra e dos estudos da mulher passamos para “masculinidades” e “corporalidades”. São dimensões da penetração política e ideológica do feminismo.

Com a vitória de Fernando Henrique Cardoso (presidente do Brasil de 1995-2002) e com a criação da *Comunidade Solidária* novos postos de trabalho e novas teias entre governos e os conselhos, mostrando uma fragmentação e muita tensão entre feministas “tucanas” e petistas, por exemplo. Isso sem se falar naquelas que constituíram uma sociedade fechada de dimensão internacional,

sempre presentes nos grandes eventos e muitas vezes defendendo as propostas hegemônicas norte-americanas (fundamentalismo, empoderamento...). São elas as funcionárias, técnicas e militantes do *jet set* das organizações internacionais.<sup>14</sup>

A trajetória do pequenos grupos heróicos para o feminismo institucional, e a luta pelo poder dentro aparelhos de Estado assemelha-se muito em todos os países latino-americanos. Corresponde a um ciclo em que a complexidade aumenta conforme os movimentos sociais conquistam maior espaço e conhecem as contraditórias consequências de “ser governo”. Análise muito semelhante foi realizada, alguns anos antes, por Anele Goldberg (1989) que assinala a opção “participacionista-liberal” segundo a qual parte da esquerda “que se havia formado em torno da ideia de “revolução” e de “socialismo” foi sendo paulatinamente redirecionado. Também Yumi Garcia dos Santos<sup>15</sup> observa que:

Apesar da forte influência das reivindicações feministas na elaboração de novos programas nacionais de desenvolvimento, é o discurso de gênero carregado de “tradução político-cultural” que parece prevalecer no processo de transformação social rumo à modernidade.

Verdade é que existem alguns casos de ONGs atuais oriundas de grupos feministas pioneiros que passam para o formato de ONGs e trabalham em parceria com governos municipais e estaduais, é o caso do SOS Corpo de Recife, entre outros. Nesse sentido, concordo com Alvarez no que diz respeito aos ganhos da institucionalização e da participação nos aparelhos de Estado. Pois como alerta Francisco de Oliveira, a luta de classes localiza-se

---

<sup>14</sup> Costumo dizer que existe uma divisão do trabalho em que as mais poderosas fazem o “social” enquanto que as militantes de base fazem o “movimento”.

<sup>15</sup> A incorporação da Perspectiva de Gênero como Política de Desenvolvimento: Motivações, Institucionalização e Desdobramentos. Tese de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, 2002, p. 92.

na questão do orçamento da União e nos critérios de divisão dos investimentos públicos.

*O movimento de mulheres no Chile*

Na história política do Chile, os movimentos operários e sindicais sempre tiveram uma ligação muito forte com os partidos socialista e comunista, diferentemente do Brasil e da Argentina cujos trabalhadores e sindicatos terminaram sendo tutelados, respectivamente, pelo vargismo e pelo peronismo. Nesse sentido, a luta de classes no Chile sempre foi menos camuflada. Ao mesmo tempo, a separação entre as classes é também uma relação de opressão étnica em que a classe dominante descende de europeus, os mestiços constituem uma categoria híbrida e as populações indígenas são as mais exploradas, com muita pouca miscigenação. A direita chilena congrega não somente as classes possuidoras como a Igreja Católica com a exigência do casamento indissolúvel e proibição do aborto.

As chilenas só conquistaram o direito de votar e serem votadas em 1949, sendo que as brasileiras puderam exercer tal direito desde 1932. É através do movimento sindical e partidário que as mulheres ganham relevo. Assim, em 1957, três mulheres são eleitas para a direção da Central Única de Trabalhadores – CUT e, no ano seguinte, Inés Enriquez, primeira mulher deputada, apresenta um projeto de lei sobre o aborto. No começo dos anos 1960, as mulheres representam cerca de 22% dos assalariados e, em 1965, Fidelma Allende é eleita dirigente nacional da CUT.

Mas é com a eleição de Salvador Allende que as mulheres conquistam direitos que tornam o Chile um modelo de política anti-discriminação. O extraordinário avanço registrado no período 1970-73 incluiu não somente a reforma de leis obsoletas, como o estímulo nunca visto da participação das mulheres no esfera

pública, na criação de equipamentos sociais visando aliviar as mulheres da dupla jornada de trabalho. Allende criou a Secretaria Nacional de Mulheres e estimulou a participação das mulheres nas empresas estatizadas e nas Juntas de Abastecimiento y Precios, JAP, organizações de bairro que desempenharam o papel de controle popular dos abusos e sabotagens econômicos além de servirem como postos de venda de alimentos<sup>16</sup>. Para facilitar as condições de vida dos trabalhadores foram criados comedores populares; a licença maternidade dobrou de 45 para 90 dias; garantiu-se leite gratuito para as grávidas e foram criados 73 novos jardins da infância.

As reformas previstas e postas em prática nos poucos anos que governou incluíram: estímulo à participação das mulheres em todas as esferas e o mais avançado programa de políticas sociais. As propostas de Allende eram muito avançadas para uma sociedade conservadora e patriarcal em que o medo do socialismo uniu as mulheres proprietárias<sup>17</sup> que ocuparam as ruas batendo panelas e boicotando o governo. No dia 11 de setembro de 1973 um golpe militar comandado pelo general Augusto Pinochet, derruba pela força o governo democrático e pacifista de Salvador Allende. Pablo Neruda, o grande poeta chileno que morreu dias depois do assassinato de Allende, deixou seu testemunho:

Donde estuvo, en los países más lejanos, los pueblos admiraron al presidente Allende y elogiaron el extraordinario pluralismo de nuestro gobierno. Jamás en la historia de la sede de las Naciones Unidas, en Nueva York, se escuchó una ovación como la que le brindaron al presidente de Chile los delegados de todo el mundo. Aquí en Chile se estaba construyendo, entre inmensas dificultades, una sociedad verdaderamente justa, elevada sobre la base de nuestra soberanía, de nuestro orgullo nacional, del heroísmo de los mejores habitantes de Chile. De nuestro lado, del

---

<sup>16</sup> Em oposição aos *clubes de vecinos* das classes médias e altas que conspiravam contra o governo Allende.

<sup>17</sup> Carolas, tal como acontecera no Brasil em 1963-4 com a “Marcha da família por “Deus e pela propriedade”.



lado de la revolución chilena, estaban la Constitución y la ley, la democracia y la esperanza.

Estas palavras resumem bem a transcendência do projeto de Allende e as esperanças que acompanharam seu governo. O golpe de Estado foi uma calamidade para a classe trabalhadora e para todos os setores progressistas, com prisões e assassinatos em massa, o país por anos vivendo em estado de sitio. Passados 30 anos pode-se avaliar o atraso que tal golpe significou para a sociedade chilena e o lento que tem sido reconquistar alguns direitos. Mais ainda, foi um terrível golpe para minha geração que, após a autocrítica da luta armada, jogava toda sua esperança na experiência chilena da transição pacífica para o socialismo. Foram os anos de chumbo.

No processo de reconquista da normalidade democrática alguns movimentos de mulheres e algumas ativistas destacaram-se, como a socióloga feminista Julieta Kirwood, que foi professora-pesquisadora do programa Flaco-Santiago de 1972 a 1985, data de sua morte. Ligada ao feminismo e ao movimento sindical, Julieta encabeça um movimento feminista de oposição à ditadura com o lema “democracia no país e em casa”. Esse grupo e o coletivo “Mujeres por la vida” (1983) participam dos protestos e movimentos contra a ditadura de Pinochet.

O atual governo do socialista Ricardo Lagos instituiu políticas sociais para as mulheres – mais voltadas para a questão da pobreza, educação etc. do que propriamente para a questão de gênero. A proibição do divórcio e do aborto, a discriminação dos filhos nascidos fora do casamento legal são os melhores índices a esse respeito. Em outras palavras, o conteúdo moralista e conservador da direita acirrada a contradição entre os gêneros e gera uma radicalização das demandas no sentido da “democracia no país e em casa”.

Como vemos, o processo chileno, a partir de 1990 também conheceu as mesmas tensões na passagem do “feminismo heróico” para o “institucionalizado”. O processo de institucionalização do feminismo chileno implicou nos mesmos problemas já detectado

no caso brasileiro. Cotejando as críticas de Goldberg às perdas e empobrecimento da nova fase institucionalizada no Brasil, com o ponto de vista de Schild sobre o Chile, evidencia-se a mudança de discursos e práticas ocorrida no movimento de mulheres.

Verónica Schild avaliando a dialética entre formas estatais e movimentos sociais conclui que:

De modo geral, as agências do governo recrutam ativamente profissionais das ONGS para desenvolver, implementar, bem como avaliar, programas sociais. Não é preciso dizer que não se trata de uma relação fácil. Uma queixa comum por parte das profissionais das ONGS é que sua abordagem dos programas sociais enfatiza “processos”, enquanto que as agências realçam “resultados” e “produtos” (...). Porém, em última análise, se quiserem sobreviver, as ONGS devem se adaptar a essa “mercaderização” de seus objetivos e ao impacto dessas mudanças na sociedade (SCHILD, 2000, p.166).

### *O movimento de mulheres na Argentina*

As argentinas conquistaram mais tardiamente o direito político de votar e serem votadas pelas mãos de Eva Duarte Perón, em 1947. Como em todos os países da América Latina, a Argentina também teve no catolicismo sua religião de influência, o que explica a proibição do divórcio e a permanência de leis inferiorizando a mulher no casamento e a predominância do poder masculino, existente na prática e assegurado por lei.

Ao mesmo tempo, suas elites europeizadas, o alto padrão de vida das classes médias e o desenvolvimento econômico do país permitiram que os argentinos se sentissem do primeiro mundo. Por outro lado, o peronismo teceu uma enorme rede de interesses influenciando nos sindicatos e em todas as esferas da vida política e foi no seu interior que se deram os grandes embates.

A grande força renovadora foi constituída pelo movimento das Madres y Abuelas de Plaza de Mayo.<sup>18</sup> Em abril de 1977, mães, que se conheceram através da mesma peregrinação que faziam em busca de notícias de seus filhos e filhas desaparecidos nos sequestros realizados pelas forças político-policiais, decidiram se encontrar uma vez por semana na Plaza de Mayo, no coração de Buenos Aires. Assim nasceu o movimento que se tornou o maior símbolo da resistência às ditaduras militares argentinas. Dois depoimentos a respeito da radical resposta que as mães deram ao processo dos desaparecidos políticos:

No *Fóro Temático de Psicoanálisis*<sup>19</sup> encontramos uma série de textos que tratam da relação entre psicanálises e política. Dois em especial merecem ser citados. O do argentino Osvaldo Saidón que analisa a importância da lição política das mães da Plaza de Mayo diante do terrorismo de Estado que aniquilava seus filhos. Ele descreve o incessante caminhar das mães, todas as quintas-feiras, exigindo seus filhos e filhas de volta. As mães rejeitam as instituições do mundo político e jurídico que estão definitivamente instalados na cumplicidade com o Estado terrorista:

Las madres trabajan de otro modo. Tan simple, tan poco instituido, que los burócratas, los hombres de Estado, cada tanto salen de sus casillas, se irritan, muestran su intolerancia con lo que escapa a su captura. Ellas están ahí, con su presencia, su cuerpo de madres sin hijos. Eso basta y sobra para que todo el mundo sepa lo que pasó, desde que comenzó la primera ronda por la plaza. Sólo no ven los que no quieren, o los que para ver precisan de las prótesis del sistema, los jueces, los discursos, los medios de comunicación. (...)

<sup>18</sup> E. Jelin, no artigo *Mulheres e Direitos Humanos*. Estudos Feminista, n. 1/94, p. 117-49, comenta que o movimento dos familiares das vítimas dos militares – as mães e avós da Praça de Maio – desenvolveu separadamente do feminismo argentino.

<sup>19</sup> Psiconet.com//foros/egp.

Las madres de la plaza habitan un mundo de cuerpos, simplemente intensifican su accidente, expanden sus propiedades. Actuando así, ellas conjuran toda tentativa de psiquiatrización, no pretenden una respuesta personológica, ni una solución a sus conflictos subjetivos. Quieren lo que todos los “normales” pregonan: verdad, justicia y sus hijos. Y esa prédica salpica a todos, produce un efecto de implicación que, en su efectividad, deja de lado la producción de todos los equipamientos de información y propaganda (televisión, diario, etc.).

A psicanalista argentina Gilou Garcia Reynoso, no arigo *Relaciones del psicoanálisis con lo social y el político*, sublinha o papel das mães no sentido da recuperação da memória história e no enfrentamento à política de desaparecimento dos corpos:

La función de las madres es simbolizante, convoca a recuperar la memoria. Con su intervención discordante, interrumpen el mandato de silencio y olvido, y hacen oír una voz cuya inadecuación es la de la emergencia del inconsciente, del saber inconsciente que habita la ciudad, aplastado por el discurso de la Unidad y de la omnipotencia; logra decir lo indecible, para quien quiera oír. “Discurso loco”, que dice la verdad, desafiando irónicamente la lógica del sentido común, y lo hace estallar. Su insistencia y el vacío en el que cae su reclamo pone en, acto un “sin sentido” cargado de efectos explosivos. “Locas” porque dicen la verdad, pero no locas porque no hablan solas; se hacen oír incluso fuera de las fronteras. Por encima del mutismo y la sordera, con su acción y su discurso, denuncian al mismo tiempo la tragedia y el cortejo de imposturas que la hace posible. Si no se puede recuperar la memoria, la palabra, el riesgo es del retorno en lo real de aquello que no pudo ser simbolizado. Las madres pudieron decir No y, rescatando el símbolo de la negación, ayudaron a recuperar un margen de libertad. La intervención de las madres en la plaza pública, conjuntamente con la acción de otros organismos que dieron asistencia a las víctimas, y la acción de las abuelas luchando para recuperar a los niños secuestrados y privados de su genealogía, constituye un capital simbólico de gran alcance ético. También es ejemplar la intervención psicoanalítica que describí en relación a los habitantes de la plaza. El trauma histórico destruye los lazos sociales y aplasta la subjetividad, con niveles de gravedad variable.

Cerca de 25 anos após, elas prosseguem em sua luta, ampliada em termos de uma grande e radical frente em prol dos direitos humanos e pelo esclarecimento das mortes e desaparecimentos. As atividades do grupo incluem uma militante universidade marxista do povo e uma poderosa rede de apoio em todas as partes do mundo.

A desastrosa Guerra das Malvinas sela o fim da ditadura militar, ao reverter parte do apoio que ainda gozavam um grande movimento dirigido por de Raúl Alfonsín culmina com sua eleição para a presidência em 1.983 Ele criou a CONADEP (Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas) que poderia ter assumido um relevante papel no esclarecimento dos crimes cometidos pelas ditaduras militares não fosse a decisão de Carlos Saúl Menem (1988-98) que indultou os terríveis crimes com a leis do *Punto Final* e *Obediencia Debida*. Daí a importância do movimento das mães e avós e sua palavra-de-ordem: *Ni olvido, ni perdón*. E a profundidade da crise política (e econômica) em que se encontra afundada a Argentina.

Não obstante a presença crescente de moradores de rua, vítimas da brutal crise que deixou mais de 60% da população abaixo do nível da pobreza, das mobilizações de protesto e da profunda revolta contra os governantes, a crise argentina revela a inexistência de uma liderança partidária que se contraponha ao peronismo com todos seus vícios populistas e seu fisiologismo. Nesse contexto, é uma mulher, Elisa Carrió, da esquerda mais radical e candidata do protesto (voto-bronca), deputada do partido Argentina por uma Republica de Iguais (ARI).

Além da força presença feminina no cenário político argentino através da presença cotidiana das *madres y abuelas*, que militam pela ruptura do modelo capitalista e da própria candidatura de Elisa Carrió, os diversos tipos de feminismo (universitários e acadêmicos; militantes de ONGs, etc.) também obtiveram conquistas institucionais de amplo alcance, como a criação do *Consejo Federal de la Mujer* que pelo Decreto n. 892 de 1996 aumentou sua influência ao ser incorporado ao mais alto nível de formulação de políticas públicas, com orçamento próprio.

## Impasses do feminismo

A expansão do capitalismo com sua divisão desigual entre as nações; a incontestável supremacia norte-americana, declaradamente ativa na sabotagem aos governos progressistas da América Latina, bem como a imposição do modelo neo-liberal sustentado pelos organismos internacionais controlados pelos norte-americanos, como o Fundo Monetário Internacional, constitui o elemento unificador dos problemas de crise fiscal, endividamento externo, desnacionalização da economia e sucateamento das empresas estatais que caracterizam a realidade latino-americana. A lógica do capitalismo, com a crescente mercantilização de todas as relações sociais, com a extinção de formas alternativas de existência e sobrevivência econômica, impõe a todos o modelo do consumismo, do modismo, do narcisismo ao mesmo tempo em que aumenta as condições de vida da maior parte do globo são cada vez mais subordinadas aos ditames da acumulação do capital.

Nessas condições, quais as possibilidades de resistência e de emancipação? De que maneira a opressão de classe se inscreve na subjetividade? Quais os limites da solidariedade entre as mulheres?

Até aqui temos falado das “mulheres”, acentuando a opressão que as unifica. Mas outros determinantes sociais vão definir seu destino final enquanto indivíduos. As classes sociais e as “raças” inscrevem-se em cada mulher em particular, gerando outras formas de opressão e conflito de interesses, como denotam as relações entre patroas e empregadas domésticas. A grande consequência política desta diversidade é a fragmentação das mulheres, que são cooptadas pelo sistema e reproduzem suas estruturas perversas. A moda e a beleza, por exemplo, podem ser consideradas índices do poder persuasivo das ideologias dominantes e da capacidade do capitalismo de perverter o consumo e influir no desejo. Razão tem Herbert Marcuse em *Eros e Civilização* (1955) e *Ideologia da Sociedade Industrial* (1964), ao denunciar a capacidade do capitalismo em, por

um lado, des-erotizar a vida cotidiana e, por outro, instrumentalizar a sexualidade, canalizando as energias libidinais para o consumismo supérfluo e para uma “dessublimação repressiva”.

O fato das mulheres terem sua participação na vida social determinada por três elementos qualitativamente distintos – sexo, classe e etnia-raça – explica em parte as fraquezas e os limites dos diversos movimentos femininos que a história conhece. Todas as mulheres sofrem a mesma discriminação sexual e têm, neste sentido, reivindicações comuns. Mas a impossibilidade de transformar estas reivindicações numa plataforma única, de sensibilizar todas as mulheres em relação a esta plataforma, está dada pelas contradições situadas no âmbito da divisão de classes. A análise das plataformas reivindicativas de diversas correntes norte americanas e europeias mostra não somente concepções distintas no referente às causas da opressão da mulher mas, principalmente, que as reivindicações feitas dependem muito do grau de desenvolvimento econômico e social de cada sociedade.

Assim, se as feministas em geral defendem o fim dos “fundamentalismos”, as feministas socialistas e comunistas também são contra o fundamentalismo do Mercado e do Capital. Como observa Alda Facio, o feminismo concerne especificamente as relações de gênero. Nesse sentido, existem feministas de direita ou pouco preocupadas com a luta de classes:

No estoy planteando que no pueda haber mujeres que se sientan o se definan como feministas y que también sean de derecha o de centro o de lo que sea. Es más, posiblemente haya muchas mujeres de derecha que en su vida personal sean más feministas que muchas de nosotras. Mujeres que hayan trabajado el sexismo interiorizado con más ahínco y determinación. Y esto es una parte importantísima de ser feminista. Sin embargo, ser feminista a nivel individual no es lo mismo que ser parte de un movimiento. Las feministas podemos estar en todos lados: en el Estado, en las agencias de cooperación, en la ONU, en las ONGs, y hasta en movimientos religiosos, artísticos, o que luchan contra otras formas de discriminación e intolerancia. Pero sostengo que el movimiento feminista, como tal, tiene

que ser progresista, es decir, de izquierda, como lo fue desde sus inicios y en sus distintas etapas, de lo contrario tiene poco que ofrecerle a la gran mayoría de las mujeres que siguen siendo pobres.<sup>20</sup>

O feminismo de esquerda considera que a inegável inferioridade social da mulher na maior parte do mundo, isto é o fato de que as mulheres são oprimidas enquanto tal, é inseparável do fato das mulheres estarem divididas pela estrutura de classes. Nesse sentido, a questão das políticas sociais tem de ser vista pela dupla ótica de seus evidentes limites mas também de sua importância redistributiva. O reconhecimento dos problemas de cooptação e da institucionalização trazidos pela absorção de parte dos movimentos sociais aos aparelhos de Estado, tem seu contraponto na importância das políticas sociais e no fato de que hoje, mais do que nunca, parte da luta pela reapropriação da riqueza gerada pelo trabalho inscreve-se nas políticas sociais.

Na verdade, o impacto das políticas neoliberais coloca na ordem do dia a questão da reconquista do Estado de bem-estar social. Cabe à Nancy Frazer(1989) o mérito de ter alertado para as consequências negativas que o encolhimento do welfare representa para as mulheres. Também insiste ela no fato de que o ataque ao estado de bem-estar não era só um capricho do governo Reagan mas uma necessidade oriunda da crise capitalista denominada por James O'Connor da “crise fiscal do estado”. De fato, acentua Frazer, as mulheres são afetadas porque “women constitute the overwhelming majority of social-welfare state” (FRAZER, 1989, p. 147). Não só constituem as beneficiárias, junto com as crianças, como também representam o maior contingente de trabalhadores do setor público ligado aos serviços sociais. Nesse sentido, nos Estados

---

<sup>20</sup> Alda Facio, agosto de 2001. Globalización y Feminismo Tema del IX Encuentro Feminista, Costa Rica 2002. por Alda Facio 17 de agosto de 2001 RIMA: Red Informativa de Mujeres de Argentina. URL: [http://www.rimaweb.com.ar/feminismos/alda\\_facio\\_globalizacion.html](http://www.rimaweb.com.ar/feminismos/alda_facio_globalizacion.html).



Unidos e em outras partes do mundo o desmonte dos benefícios sociais tem uma clara dimensão de gênero.

### **Concluindo**

O descontentamento das mulheres com sua condição – o mal-estar feminino – assumiu formas variadas. As famosas histéricas estudadas por Freud e seus corpos contorcidos eram o sintoma disso. Com muita propriedade, a psicanalista argentina Emile Dio Bleichmar denominou seu livro de *O feminismo espontâneo da histeria*. Se a sociedade de hoje não fabrica mais histéricas como antigamente o mal-estar feminino aparece na anorexia, nas tentativas de escapar ao tempo através das operações plásticas e da cosméticos, na obsessão consumista e em outras formas de expressão do empobrecimento pessoal na contemporaneidade.

A expansão e a penetração do modo de produzir capitalista aumenta a proporção daqueles e daquelas que precisam vender sua força de trabalho para poder sobreviver. O processo de concentração das riquezas alarga o fosso entre as condições de vida e o poder dos ricos frente à uma massa crescente de desempregados. O desequilíbrio estrutural do capitalismo diz respeito exatamente à incapacidade das “forças do mercado” para planejar e estabelecer um equilíbrio entre oferta e procura. A América Latina, como periferia ou semi-periferia das nações capitalistas hegemônicas, sofre as consequências de sua subordinação, ao ter sua capacidade de inversão produtiva reduzida pela permanente drenagem de recursos através do pagamento de royalties e da dívida externa.

Esse é um ponto crucial das divergências entre o feminismo liberal e o feminismo socialista. Enquanto que as liberais advogam a bandeira da igualdade entre os sexos, sem referência às hierarquias

de classe, as socialistas entendem que a emancipação das mulheres exige a superação do patriarcalismo e do capitalismo. Nesse sentido, a oposição ao neoliberalismo transformou-se na bandeira unitária de luta, tanto nos encontros latino-americanos de feministas que se realizam anualmente desde 1981, quanto no Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Neles estão presentes muitos dos projetos e movimentos sociais do período das ditaduras militares. O encontro das esperanças e da experiência do passado com os projetos do futuro permite a ressignificação dos movimentos sociais e o aprofundamento de suas lutas.

## **Bibliografia**

ALVAREZ, Sonia. E. *The politics of gender in Latin America: comparative perspectives on women in the brazilian transition on democracy*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

BARROSO, Carmem (org.) *Mulher, Sociedade e Estado*. São Paulo: Cortez, 1983.

BLEICHMAR, Emilce. *O feminismo espontâneo da histeria*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

BOBBIO, Norberto. *El tiempo de los derechos*. Madrid: Editorial Sistema, 1991.

BOURDIEU, Pierre. La domination masculine. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris, n. 84, p. 3-311, sept. 1990.

CORRÊA, Mariza (org.). Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX. Campinas: *Cadernos Pagu* (12) 1999.

FACIO, Alda. Globalización y Feminismo Tema del IX Encuentro Feminista. Costa Rica 2002.

FRAZER, Nancy. *Unruly Practices*. Power, discourse and gender in contemporary social theory. University of Minnesota Press, 1989.

GODINHO, Tatau (org.). *Mulher e Política*. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

GOLDBERG, Anette. “Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político”. In: BIB. n. 28, Rio de Janeiro, 1989.

HAHNER, June. Feminism, women’s rights and the suffrage movement in Brazil: 1850-1932. *Latin America Research Review*, 15(1):65-111.

KUCINSKY, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

LOPEZ, Eernesto. A construção do controle civil: Argentina, Brtasil e Chile in SAINT- PIERRE, H. L. e MATHIAS, L. S. (org.) *Entre votos botas. As forças arnadas no labirinto latino-americano do novo milênio*. Franca: UNESP, 2001.

MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. *Revista de Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro(4), 1967.

MORAES, João Quartim de. *Liberalismo e Ditadura no Cone Sul*. Campinas, UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humans, 2001.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. *A experiência Feminista dos Anos Setenta*. Textos n. 5. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/ Araraquara, 1990.

\_\_\_\_\_. *Mulheres em movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política*. São Paulo. Editora Nobel/ Conselho da Condição Feminina, 1985.

MOREIRA ALVES, Branca. *Ideologia e Feminismo*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1980.

PESQUISA “A mulher brasileira nos espaços públicos e privado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2001.

PIOVESAN, Flávia. “Direitos Humanos e Globalização”. In: *Direito Global*, 1º ed., Max Limonad, 1998, São Paulo.

SADER, Eder e GENTILI, T. (org.). *Pós neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Paz e Terra, 2000.

SADER, Emir. *Quando novos personagens entram em cena*. Paz e Terra, 1983.

SCHILD, Verónica. Novos sujeitos de direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas “novas democracias”. In: *Cultura política e movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

TARDUCCI, Mónica. ¿Posmodernismo o posfeminismo? Una reflexion desde la antropologia in *La Producción Oculta. Mujer y antropología, III Congreso Argentino de Antropología Social*. Buenos Aires: Editorial Contrapunto.

TCACH, César. Argentina 1983: ¿Reinstauración o refundación de la democracia? *Idéias* 6(2)7(1).